

PROJETO DE LEI N° , DE 2020**(Do Dep Alencar Santana Braga)****Proíbe o cumprimento de mandados de reintegração de posse durante o período de calamidade pública decretado em razão da COVID-19**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica excepcionalmente suspenso o cumprimento de mandados de reintegração de posse expedidos até a data de publicação desta lei, enquanto perdurar a situação de calamidade pública em saúde decretada em razão da pandemia de COVID-19.

Art. 2º A suspensão do cumprimento de mandados de reintegração de posse se estenderá por dois meses após a cessação da situação de calamidade pública em saúde decretada em razão da pandemia de COVID-19.

Art. 3º. Não se concederão pedidos de liminar em reintegração de posse enquanto perdurar a situação de calamidade pública em razão da pandemia de COVID-19.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a ocupações realizadas após publicação desta lei.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Por uma questão humanitária em relação a pessoas que atualmente se encontram em ocupações irregulares e também para evitar a proliferação do contágio da temível COVID-19, propomos a suspensão da execução de mandados e a concessão de liminares de reintegração de posse.

A situação absolutamente excepcional da pandemia ora enfrentada justifica a medida de exceção, enquanto perdurar a situação de calamidade e até dois meses após sua cessação.

Sala das Sessões, em de de 2020

ALENCAR SANTANA BRAGA

Deputado Federal – PT/SP